

## O COMPORTAMENTO COLETIVO COMO FENÔMENO PSICOLÓGICO-SOCIAL

*Almir Del Prette \**

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo a análise do comportamento coletivo sob a ótica psicológico-social. Apresenta um breve resumo das principais teorias sobre o tema, classificando-as, quanto à sua natureza, em individualistas e interacionistas. Considerando a grande frequência com que as ações coletivas aparecem no cenário político atual, defende-se seu estudo empírico, tomando-as como objeto da Psicologia Social.

## THE COLLECTIVE BEHAVIOR AS SOCIAL-PSYCHOLOGICAL PHENOMENON

### ABSTRACT

*This paper aims the analysis of collective behavior on a social-psychological overview. It is presented briefly the principal theories about it. The theories are classified according their nature in individualistics or interactionists ones. Concerning the high frequency of collective actions in our political setting now-a-days, it is supported empirical studies of these theories as a subject of Social Psychology.*

\* Professor Titular Doutor em Psicologia Social no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia.

Desde as sociedades fechadas como a África do Sul e China, até as chamadas democráticas como Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha, observa-se o fenômeno de massa. Tais ações efêmeras, ou de longa duração, ocasionalmente se revestem de características que surpreendem os estudiosos, como por exemplo os movimentos nacionalistas remanescentes na extinta União Soviética e Tchecoslováquia.

No Brasil, ações coletivas como invasões de terras se repetem desde o Império. Outras, mais recentes e politizadas, obtêm significativas mudanças sociais, pelo menos em termos da conjuntura como, por exemplo, os movimentos pelas eleições diretas e pelo impeachment que mobilizaram milhões de pessoas em todo o país.

Apesar da visibilidade alcançada, a literatura psicológica não lhes tem registrado a presença. Qual seria o motivo desse aparente alheamento? Possivelmente reside na fragmentação teórica, que produziu um limitado quadro de referências empíricas (Del Prette, 1990a) e uma ausência quase total de articulação com outras disciplinas que também estudam o mesmo fenômeno (Del Prette, 1990b e 1990c).

Na perspectiva acima referida, onde, de um lado se observa uma grande incidência do fenômeno e, de outro, uma certa carência de estudos analíticos, é que este trabalho foi concebido. O presente artigo procura qualificar o comportamento coletivo, justificar a sua inserção como objeto da Psicologia, apresentar uma breve revisão das principais teorias e analisá-las em termos de sua "natureza" individualista ou interacionista.

### **A perspectiva psicológica do comportamento coletivo**

Sob o rótulo de comportamento coletivo, denominação utilizada por autores de épocas e tendências diferentes (Le Bon, 1897; Brown, 1954; Couch, 1975; Kando, 1977; Reicher, 1984; Moscovici, 1985)

tem sido inserida uma ampla variedade de ações coletivas tais como: movimentos religiosos, greves, revoltas populares (quebra-quebras, saques, linchamentos, etc.).

As explicações e teorias psicológicas sobre o comportamento coletivo, foram, durante muitos anos, influenciadas por dois estudiosos franceses, Gustav Le Bon e Gabriel Tarde.

Segundo Kando (1977), Le Bon e Tarde se diferenciavam em muitos aspectos. O primeiro era de descendência aristocrata, rejeitava a educação pública, defendia o ensino privado e elitista. Para ele, a sociedade devia ser sempre regulada por leis e normas emanadas de um "elite pensante" e a aristocracia como forma de governo, lhe parecia superior à democracia. Tarde, embora compartilhando do associacionismo de Le Bon, mantinha um certo otimismo com relação a democracia, sendo um dos primeiros a considerar o crime em seu aspecto sociológico. Tarde exercia a função de juiz e, em seus estudos, chamou a atenção para a influência do grupo e da imitação. Sua explicação para o comportamento coletivo tinha, como conceitos chave, a imitação ao modelo e à propaganda.

Em relação à teoria de Le Bon, pode-se resumir que ela parte do pressuposto de que o indivíduo na multidão "perde" a sua individualidade comportando-se de forma irracional, primitiva e perigosa na medida em que assume a "alma da multidão".

A análise de Le Bon (1975, 1981, 1986) resultou, por muitas décadas, no que poderia ser denominado de a visão psicológica da ações de massa. Para Couch (1975), nem mesmo autores inovadores como Blumer (1946) e Smelser (1951) escaparam significativamente da perspectiva imprimida por Le Bon. Não obstante tal influência, a posição de Le Bon tem sido bastante criticada. Toch (1966) denomina "teoria da alma da multidão" de abordagem irracional do comportamento coletivo. Para Reicher (1984), essa teoria estava mais interessada em oferecer justificativas à repressão da ação coletiva do que em desenvolver explicações válidas para o fenômeno. Da mesma forma, Hiebschr e Volverg (1989) afirmam que tal teoria manifesta claramente o seu caráter de classe e, apesar de sua não cientificidade, marcou época justamente por ir ao encontro, "como nenhuma outra ideologia, das necessidades da burguesia de manter a sociedade de classe" (p.582/583).

As explicações sobre o comportamento coletivo que se seguiram a Le Bon e Tarde foram sendo inseridas no domínio da

Psicologia Social que emergia, em especial a partir da posição instintivistas de McDougall (1908).

### Teorias Individualistas

Por teorias individualistas, compreende-se aquelas que tomam ação coletiva em termos de: a) ênfase sobre os processos psicológicos como atributos causais e b) abstração ou minimização das variáveis sociais e históricas relacionadas à ação coletiva.

As teorias individualistas que alcançaram um maior impacto foram "do contágio" "identificação ao líder", "abordagem de Allport", "frustração-agressão" e da "norma emergente", que terão suas principais categorias resumidamente apresentadas a seguir.

Apesar dos autores incluídos nesta classe abstraírem as variáveis sociais enquanto possíveis determinantes na explicação do comportamento coletivo, não se ignora a influência que os acontecimentos exerceram sobre a elaboração teórica de cada um. McDougall (1920) e Freud (1921), por exemplo, foram fortemente influenciados pela ocorrência da primeira guerra mundial e pelas revoluções de caráter socialista na Europa. O primeiro autor desenvolveu uma explicação para o comportamento coletivo com base na idéia da sugestão entre os participantes, enquanto o segundo elaborou uma teoria integrada ao arcabouço conceitual da Psicanálise.

Para McDougall uma multidão desenvolve uma ação homogênea através da "indução solitária da emoção", ou seja, a expressão facial e corporal de um indivíduo na multidão instintivamente despertaria a mesma emoção em outro participante e até mesmo no observador não participante. Esse autor utilizou a noção de instinto como uma tendência comportamental inata, que foi abandonado pelo conceito de propensões. Desenvolveu também o conceito de "reação circular", que foi posteriormente retomado por Blumer (1946), tornando-se uma categoria chave na teoria. Reação circular compreende uma espécie de realimentação da emoção, seguindo-se a ela a noção de milling, que pode ser caracterizada como um processo facilitador da homogeneidade da ação coletiva e produtor de um aumento no nível de excitação.

A teoria freudiana tem como premissa básica a idéia de identificação ao líder. Freud entende que o fenômeno de massa tem como

força motriz "os apetites sexuais inibidos" em seu objeto. A identificação com o pai é transferida para um líder, real ou imaginário e cada um dos integrantes de uma multidão se liga, de forma libidinal, de um lado ao líder e de outro, aos demais membros da massa. A teoria em questão foi utilizada por Freud na análise do pânico coletivo e, segundo Max e Adorno (1973), Freud resgatou o conceito de sugestão de massa, superou Le Bon, derivando conseqüências sociológicas na possibilidade de análise da relação entre massa e o poder.

Uma outra teoria individualista foi derivada das concepções de Allport (1924), que diga-se de passagem maximizou o individualismo ao colocar grupo e sociedade como meras falácias (Allport, 1924). Esse autor tem, como princípio básico, que o indivíduo na multidão mantém (contrariamente à posição de Le Bon) a sua individualidade, mas desenvolve um sentimento de solidão exacerbado. As abordagens de Le Bon e Allport, embora diametralmente opostas, uma vez que a primeira considera que a individualidade se desvanece e a segunda que ela se acentua, partem do mesmo pressuposto, de que o comportamento racional é comandado unicamente pela identidade pessoal, não deixando margem para considerações a respeito do processo de identidade social (Reicher, 1984).

A ascensão do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha e o deflagração do segundo grande conflito armado mundial influenciaram diversos estudos e o aparecimento de teorias sobre o comportamento de massa. Dentre essas, a da frustração-agressão foi organizada como uma extensão do pensamento psicanalítico. Seu principal teórico, John Dollard, além de ter tido formação em Sociologia e Antropologia, recebeu treinamento em Psicanálise e buscou uma unificação dessas disciplinas e das proposições da Psicanálise em um perspectiva experimentalista. Dollard e colaboradores (1939) formularam a teoria através da premissa básica de que a frustração sempre implica em alguma forma de agressão e que esta jamais ocorre sem a existência daquela.

A hipótese da frustração-agressão\* foi aplicada ao comportamento coletivo, através dos estudos de Hovland e Sears, que desenvolveram pesquisa de base correlacional entre as variações

\* Uma discussão detalhada sobre a utilização na pesquisa da frustração como variável independente pode ser encontrada em Muller (1980).

do preço de algodão (frustração) e o linchamento (agressão) de negros no Sul dos Estados Unidos entre 1880 a 1930.

A teoria da norma emergente de Turner e Killian (1957) tem como base as noções derivadas dos estudos de Psicologia Social com pequenos grupos, mas seu enfoque é o do indivíduo no grupo. Esses estudos evidenciam que as pessoas, ao manterem uma interação razoavelmente freqüente entre si durante algum tempo, desenvolvem padrões comuns de comportamento. Tais padrões derivam normas implícitas que exercem pressão para o indivíduo se comportar em conformidade com essas normas.

A teoria da norma emergente estabelece que as normas sociais que emergem no período inicial do milling controlam o comportamento coletivo. Nesse momento, as ações das pessoas que se destacam são vistas como caracterizando a multidão como um todo. A homogeneidade seria obtida na medida em que as atividades das lideranças facilitam o aparecimento das normas que funcionam como indutoras para as ações dos demais.

### Teorias interacionistas

Por interacionistas compreendem-se as teorias que explicam o comportamento coletivo considerando: a) os fatores sociais como subjacentes a emergência da ação coletiva; b) uma interdependência entre os processos psicológicos e os sociais. Segue-se breve resumo de algumas teorias interacionistas.

A teoria da convergência, embora com base explicativa na personalidade, atribui a emergência da ação coletiva a uma transação desta com o contexto social imediato. Para Cantrill (1941), o indivíduo organiza as suas experiências a partir de uma estrutura de valores assimilados através da cultura. Essa assimilação é seletiva, o que explica as diferenças de atributos entre as pessoas. A interpretação do contexto social é um imperativo nas relações do indivíduo com o meio e pode ser dificultada quando este se vê diante de uma situação crítica. A situação crítica, por outro lado, se constitui na condição psicológica mais importante para que a pessoa se torne sugestível. Dessa forma, ocorreria a convergência, que resultaria na reunião de pessoas com "atributos" psicológicos semelhantes.

A teoria da convergência se opõe à teoria do contágio e a diferença básica entre ambas é que a emergência coletiva na

primeira resulta dos atributos semelhantes de cada participante que convergem devido à vivência de situações críticas comuns e, na segunda, pode ser entendida como uma difusão dos sentimentos vivenciados que, independentemente das propensões, promovem a participação de outros.

Em 1966 foi publicado um livro denominado de "The Social Psychology of social movements", de autoria de Hans Toch, que teve o mérito inicial de buscar uma ligação da ação coletiva com as situações vividas pelos participantes. Para Toch, uma ação coletiva guarda uma relação definida com as situações-problema que afetam a vida da população. Tais problemas somente seriam assim denominados através do impacto que exercem sobre as pessoas. Exemplos de situações-problema são: velhice, epidemia, desemprego, etc. Um impacto relativamente forte pode desenvolver o que Toch chama de suscetibilidade, representando, esta, uma espécie de prontidão para o engajamento em ações coletivas. De qualquer maneira, a suscetibilidade não garante por si mesma a participação de um indivíduo em uma ação coletiva. Na tentativa de explicar a passagem desse "estado" para o de participante, Toch propõe o conceito de "apelo" por parte do movimento. Uma pessoa suscetível tenderia a responder a certos tipos de soluções em certos momentos e situações específicas. Portanto, o conceito de apelo corresponde a qualquer característica do movimento que funcione como atrativo para a participação.

A teoria das minorias ativas, inserida mais proximamente na área da influência social, considera o sistema social (formal e não formal) como resultante das ações das pessoas que nele participam. Para Moscovici (1979), os que se movimentam à margem do sistema, assim o fazem devido ao fato da sociedade se definir e se organizar para mantê-los a parte, em sua franja. A influência social não ocorre apenas na manutenção do sistema, mas também na direção de mudanças da organização social na perspectiva de pessoas ou grupos (movimentos) que pressionam a partir de projetos concretos de mudança social (inovação). A influência social dar-se-ia em um contexto dinâmico, onde os subsistemas, com suas culturas, se configuram como uma rede de relações complexas. Para Mugny (1984) nenhuma influência social pode ser considerada fora desse contexto.

Uma minoria ativa pode ser considerada como um indivíduo ou

grupo, relativamente consciente de suas ações, que procura causar algum impacto, propondo mudança parcial ou total do sistema. Os comportamentos coletivos do tipo movimentos sociais podem, nessa perspectiva, ser considerados como minorias detentoras de projetos de mudanças em aspectos do sistema (reformistas), ou neste como um todo (revolucionários).

A teoria das minorias ativas parece potencialmente útil nas análises de fenômeno coletivo, em especial dos movimentos sociais. Categorias como estilo de negociação e consistência se mostram importantes na análise das transações entre as ações dos grupos, a sociedade e as autoridades ou poder.

A teoria da identidade social, denominação dada por Tajfel e Turner (1985) para a abordagem que classifica duas modalidades de comportamento (interpessoal e intergrupar), não se desenvolveu a partir de um interesse factual sobre o comportamento coletivo per se.

A teoria da identidade social não se opõe, e até mesmo reconhece a importância do estudo sobre os processos interpessoais (Tajfel, 1979, 1981), mas considera que a ênfase sobre tal processo marginalizou as relações entre membros de categorias sociais amplas, como raças, classes, religiões, etc. Para Tajfel a filiação a um grupo específico (movimento) contribui, positiva ou negativamente para a formação da auto-imagem da pessoa. A filiação grupal tem, como resultante, um processo cognitivo e emocional. O processo cognitivo implica no reconhecimento, feito pelo indivíduo, de que ele é parte de um conjunto de pessoas que se diferencia de outros conjuntos. Dessa consistência de filiação decorre o julgamento sobre seu grupo o que, conseqüentemente, deriva uma certa demanda emocional. Assim, desenvolve-se a identidade social que, para Tajfel (1981, p.63) é "aquela parte do autoconceito do indivíduo que se deriva do reconhecimento da filiação a um (ou vários) grupo social juntamente com o significado emocional e de valor ligado aquela filiação".

Alguns estudos têm evidenciado as possibilidades da contribuição da teoria para a análise psicológica da ação coletiva (Del Prette, 1990a). O trabalho de Williams e Giles (1978) analisando a mudança de status da mulher e o feminismo com base no conceito da categorização social; o estudo de DiGiacomo (1980), sobre um movimento estudantil de protesto com base nas noções de diferenciação entre grupos; a pesquisa de Reicher (1984) utilizando o

modelo de identificação social de Tajfel e Turner, na análise de uma rebelião de Bristol e os estudos de Del Prette (1990b, 1991) com base na teoria da identidade social, sobre o Movimento de Luta Contra o Desemprego em São Paulo e Invasão Urbana em João Pessoa.

### À guisa de conclusão

Pode-se dizer que, com raras exceções, as teorias individualistas ou interacionistas não se complementam, configurando-se como um quadro geral bastante fragmentado. Essa fragmentação parece impossibilitar sistemas abrangentes, o que tem se constituído, juntamente com a ausência de estudos empíricos, um obstáculo para o avanço da Psicologia na explicação do comportamento coletivo.

De um lado, as teorias individualistas tendem demasiadamente ao psicologismo e, de outro, as interacionistas parecem ainda padecer da falta de dados de pesquisa que redundem na confirmação de suas hipóteses e do valor explicativo de suas categorias.

Embora se possa admitir, de acordo com os autores que defendem a análise psicológica centrada no indivíduo (Allport, 1924; Krech e colaboradores 1962; Taylor e Guimond 1978; Taylor e Brow 1979), que as relações sociais e tudo o mais sejam produzidos por indivíduos, analisar os fenômenos coletivos, ignorando-se que indivíduo e grupo pertencem a um processo histórico significa investigar apenas uma parte da realidade, pois que de acordo com Semin (1986, p. 178) "a sociedade não somente define mas cria a realidade psicológica".

Na medida em que a Psicologia se propõe a explicar como e porque as pessoas se comportam da maneira como o fazem, é possível supor que o comportamento coletivo se coloca, enquanto objeto, em seu campo de estudo. Por outro lado, a contribuição da Psicologia no estudo dos fenômenos de massa tem sido considerada importante para outras disciplinas (Max e Adorno, 1973) e requerida em termos de sua atualização (Melucci 1980, Donati 1984, Nunes 1986).

As teorias interacionistas tendem a considerar os fatores sociais como condição presente na emergência do comportamento coletivo superando, dessa forma, o que Moscovici (1975, 1984) e

Sampson (1981) denominam de reducionismo individual. Além disso deve-se recordar que algumas teorias interacionistas, como a das minorias ativas (Moscovici, 1979) e a da identidade social (Turner e Dakes, 1986) superem a visão da sociedade como uma realidade dada e rejeitam o funcionalismo das teorias psicológicas sociais.

Finalmente, a questão metodológica deve ser, também, considerada. A susposta reação circular entre a dificuldade teórica e a ausência de pesquisa empírica poderia ser superada pelos estudos descritivos (Del Prette, 1989). Estes podem se constituir em uma etapa intermediária (não necessariamente exclusiva) que poderia auxiliar no aprimoramento teórico e ao mesmo tempo enriquecer as estratégias de coleta de dados.

### Referências Bibliográficas

- ALLPORT, F. H. *Social Psychology*. Boston: Houghton Mifflin Co, 1924.
- BLUMER, H. Collective behavior. Em; A. M. Lee (org) *New outline of the principles of sociology*. New York: Barnes e Noble, 1946.
- BROW, R. Mass phenomena. Em G. Lindzey (ed) *Handbook of Social Psychology*. New York: Addison-Wesley, 1954 (vol.III).
- CANTRILL, H. *Psicologia de los movimientos sociales*. Madri: Euramérica S.A 1969.
- COUCH, C.J. Collective behavior: an examination of some stereotypes. In: R.R. Evans (ed) *Reading in collective behavior*, Chicago: Rand Mc Nalley College Publishing Co., 1975.
- DEL PRETTE, A. Pesquisa em movimentos sociais: reflexões sobre uma experiência. *Psicologia e Sociedade*. 1989, 6, 101-107.
- DEL PRETTE, A. Em busca de uma abordagem psicológica na análise dos novos movimentos sociais. *Ciência e Cultura*, 1990a, 42(12), 1060-1066.

- DEL PRETTE, A. Movimentos sociais em uma perspectiva psicológico-social: o Movimento de Luta Contra o Desemprego. Teste de doutorado. Universidade de São Paulo, 1990b.
- DEL PRETTE, A. Movimentos sociais como tema de diferentes áreas de estudo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 1990c, 1, 36-39.
- DEL PRETTE, A. Aspectos psicológicos e sociais das invasões urbanas. *ANAIS da Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação (ANPEPP)*, 1991, 190-193.
- DEL PRETTE, A. Do estudo de grupos ao estudo dos movimentos sociais: a contribuição possível da Psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 1991, 7(3), 247-253.
- DIGIACOMO, J.P. Intergroup alliances and rejections within a protest movements. *European Journal of Social Psychology*, 1980, 10, 329-344.
- DOLLARD, J., DOOB, L.W., MILLER, N.E., MOWRER, C.H. e SEARS, R.R. *Frustration and aggression*. New Have: Yale University Press, 1939.
- DONATI, P.R. Organization between movement and institution. *Social Science Information - Sur les Sciences Sociales*, 1984, 23(415), 837-859.
- FREUD, S. Psychologie collective et analyse du moi. Em S. Freud, *Essais de psychanalyse*. Paris, Payot, 1976.
- GUIMOND, S. e DUBÉ-SIMARD, L. Relative deprivation theory and Quebec nationalist movements; the cognition-emotion distinction and the personal-group deprivation issue. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1983, 44(3), 526-535.
- HIEBSCH, H. e VORWERG, M. Sobre o objeto, tarefa e método da Psicologia Social Marxista. Publicada em *Deutsch Zeitsch rift fur pshilosophie*, 1963, 11, 577-594. (tradução para a língua brasileira de HartmUt Gunther - Universidade de Brasília). 1989 (mimeo)

- HOVLAND, C. I. e SEARS, R.R. Minor studies in aggression. VI: correlation of lynching with economic indices. *Journal of Psychology*, 1940, 9, 301-310.
- KANDO, T. M. *Social Interation*. Saint Louis: The C. V. Mosby Co., 1977.
- KRECH, D., CRUTCHFIELD, R.S. e BALLACHEY, E. *O indivíduo na sociedade*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.
- LE BON, G. *The crowd*. New York: Viking, 1960.
- LE BON, G. The mind crowd. Em: R. R. Evans *Readings collective behavior*. Chicago: Rand McNalley College Publishing Co., 1975.
- LE BON, G. *Psicologia de las masas*. Madri: Ediciones Morata, S.A., 1986.
- MAX, H. e ADORNO, T.W. *Temas básicos de Sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- MCDUGALL, W. *Social Psychology*. Boston: John W. Luce e Morris Desmond, 1918.
- MELUCCI, A. An end to social movements: introductory paper to the sessions on "nex movements and change in organizational forms". *Social Science Information - Sur les Sciences Sociales*. 1984, 23(4/5), 819-835.
- MILLER, M.E. e BUGELSKI, R. The influence of frustrations imposed by ingroup on attitude expressed toward outgroup. *Journal of Psychology*, 1948, 25, 437-442.
- MILGRAN, S. e TOCH, H. Collective behavior: crowds and social movements. Em: Lindzey, G. e Aronson, E. (eds) *Hand-book of Social Psychology*. Cambridge Addison-Wesley Publishing, 1969 (v.4).
- MOSCOVICI, S. Society and theory in Social Psychology. In: J. Israel

- and H. Tajfel (Eds) *The context of Social Psychology*. New York: Academic Press, 1972.
- MOSCOVICI, S. *Psychologie des minorités actives*. Paris: Press. Universitaire de France, 1979.
- MOSCOVICI, S. Toward a theory of conversion behavior. Em L. Berkowitz (ed) *Advances in Experimental Social Psychology*. New York: Academic Press, 1980 (v,13).
- MOSCOVICI, S. *La era de las multitudes - un tratado histórico de psicología de las masas*. México: Fondo de Cultura e Económico. 1985.
- MUGNY, G. The influence of minorities: ten years later. In: H. Tajfel (ed) *The social dimension*. New York: Cambridge University Press, 1984 (v.2).
- MULLER, E. N. A Psicologia do protesto político e da violência política. Em Gurr, T.R. *Manual do Conflito Político*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.
- REICHER, S.D. The St. Pauls' Riot: an explanation of the limites of crowd action in terms of a social identity model. *European Journal of Social Psychology*, 1984, 14, 1-21.
- SAMPSON, E.E. Cognitive psychology as ideology. *American Psychologist*. 1981, 36, 730-743.
- SEARS, R.R. e SEARS, F.S. Minor studies of aaggression: V strength of frustration-reaction as a funcion of strength of drive. *Journal of Psychology*, 1940, 9, 297-300.
- SEARS, R.R. Non-aggressive reaction to frustration. *Psychology Review*. 1941, 48, 343-346.
- SEMIN G.R. The individual, the social, and the social individual. *British Journal of Social Psychology*, 1986, 25, 177-180.

- SMELSER, N.J. Theoretical issues of scope problems. Em: Evans, R.R. *Readings in collective behavior*. Chicago: Rand Mc. Nalley College Publishing C., 1975.
- TAJFEL, H. *Differentiation between social groups*. London: Academic Press Inc. 1978.
- TAJFEL, H. *Individuals and groups in Social Psychology*, 1979, 18, 183-190.
- TAJFEL, H. *Human groups and social categories*. New York: Cambridge University Press, 1981.
- TAJFEL, H. e TURNER, J. C. The social identity theory of intergroup behavior. In: S. Worchel and W.G. Austin (Eds) *Psychology of Intergroup Relations*. Chicago: Nelson Hall, 1985.
- TAYLOR, D. M. e GUIMOND, S. The belief theory of prejudice in an intergroup context. *Journal of Social Psychology*, 1978, 105, 11-25.
- TAYLOR, D. M. e BROOWN, R. J. Towards a more social Social Psychology. *British Journal of Social and Clinical Psychology*, 1979, 18, 173-180.
- TOCH, H. *The Social Psychology of Social Movements*. London: Methuen and Co. Ltd, 1966.
- TURNER, R. H. e KILLIAN, L. *Collective Behavior*. New Jersey: Prentice Hall, Englewood Cliffs, 1972.
- WILLIAMS, J. e GILES, H. The changing status of women in society. In: H. Tajfel (ed) *Differentiation between social groups*. New York: Academic Press, 1978.